

**RESOLUÇÃO Nº 04/2015**  
(Publicada no Diário Oficial de 07/01/2015)

Ratificada pela Resolução nº 32/15.

Alterada pela Resolução nº 59/19, que alterou os nºs do CNPJ e a IE.

**Habilita a CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S/A, aos benefícios do DESENVOLVE.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002 e alterações e considerando o que consta do processo SICM nº 1100130008958,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Considerar habilitado, “*ad referendum*” do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto de implantação da CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S/A, CNPJ nº 14.570.800/0001-52 e Inscrição Estadual nº 155.603.244NO, localizada no município de Caetité, neste Estado, ao benefício do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS relativo às aquisições de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, nas seguintes condições:

**Nota:** A redação atual do art. 1 foi dada pela Resolução nº 59, de 23/04/19, DOE de 26/04/19, efeitos a partir de 26/04/19.

**Redação originária, efeitos até 25/04/19:**

*“Art. 1º Considerar habilitado, “ad referendum” do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto de implantação da CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S/A, CNPJ nº 14.570.800/0002-33 e Inscrição Estadual nº 100.916.869NO, localizada no município de Caetité, neste Estado, ao benefício do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS relativo às aquisições de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, nas seguintes condições:”*

**I** - nas operações de importações de bens do exterior;

**II** - nas operações internas relativas às aquisições de bens produzidos neste Estado e

**III** - nas aquisições de bens em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 05 de janeiro de 2015.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**  
Presidente